

Marc Kalme



Tião Viana (E) e Demostenes Torres estiveram no TCU em busca de informações sobre obras em aeroportos

CPI quer ter acesso a auditorias do TCU nas obras da Infraero

A CPI do Apagão Aéreo solicitou ao Tribunal de Contas da União (TCU) informações sobre auditorias nas obras em aeroportos brasileiros, administrados pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero). O pedido foi feito durante visita do presidente e do relator da comissão, senadores Tião Viana e Demostenes Torres, ao presidente do tribunal, Walton Alencar Rodrigues. Demostenes afirmou que a CPI deve se concentrar mais em aspectos técnicos do que políticos. **Página 3**

Prefeituras temem efeito da reforma tributária nas contas municipais



Na subcomissão, senadores acompanham a discussão da reforma tributária...

Municípios com receita expressiva de Imposto sobre Serviços (ISS), como São Paulo, temem perder arrecadação com a reforma tributária em estudo. A preocupação foi manifestada durante audiência pública na Subcomissão Temporária de Reforma Tributária. **Página 4**



... que teve a participação de secretários de Fazenda de vários municípios

Renan defende aprofundamento de investigações

O presidente do Senado, Renan Calheiros, considerou importante que as investigações no âmbito da Operação Navalha avancem, “para que a especulação não se sobreponha aos fatos”. No Plenário, Delcídio Amaral e Papaléo Paes se defenderam das denúncias. **Página 5**

Marc Kalme



Delcídio (3º à esq., na mesa) preside audiência na Subcomissão dos Marcos Regulatórios

Anatel quer competição, empresários cobram segurança

O presidente da Anatel, Plínio de Aguiar Júnior, defendeu ontem o incentivo à competição entre companhias de telefonia fixa e de oferta de internet de banda larga. Os empresários da área reivindicaram mais segurança para investir. O debate foi realizado pela Subcomissão dos Marcos Regulatórios. **Página 4**

Senado examina, a partir das 14h, norma para Fundeb

A regulamentação do Fundeb é o principal item da ordem do dia, que será antecipada para as 14h, em razão de acordo de liderança. **Página 4**



Debate na CRA deve reunir os ministros Guilherme Cassel, Mantega e Marina Silva, além da direção da Contag, CNA e Fetraf

Estatuto do Produtor Rural será discutido em audiência pública

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) vai realizar audiência pública hoje, às 11h, para instruir projeto que cria o Estatuto do Produtor Rural. Entre os convidados para a audiência estão os ministros do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; da Fazenda, Guido Mantega; e do Meio Ambiente, Marina Silva.

Também foram convidados a participar do encontro os presidentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel José dos Santos, e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Antônio Ernesto de Salvo, além da coordenadora-geral da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf), Elisângela dos Santos Araújo.

O debate atende a requerimento dos senadores Sibá Machado (PT-AC) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Kátia Abreu (DEM-TO) fez um adendo ao documento com o objetivo de substituir membro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por representante da Fetraf e incluir a CNA.

A proposição sobre o Estatuto do Produtor Rural (PLS 325/06), de Antônio Carlos Valadares e relatado por Jonas Pinheiro (DEM-MT), tramita na CRA em decisão terminativa.

Favorável à matéria, o relator explicou que grande parte das questões abordadas no projeto está disciplinada na legislação brasileira, mas o texto inova por funcionar como catalisador dos atuais programas de política agrícola, de forma que possam atender ao produtor rural com maior eficiência.

A proposta tem o mérito, segundo Valadares e Jonas Pinheiro, de reduzir os custos de transação do agronegócio, ao adotar medidas como a proibição, para as instituições financeiras, de condicionar a concessão de crédito rural à contratação de outros serviços bancários estranhos à atividade agropecuária.

O relator observa que o estatuto define produtor rural "com muita propriedade", pois aponta todas as atividades que podem ser exercidas no meio rural. Também define o agronegócio, incluindo nele a agricultura familiar.

O projeto sugere penas previstas na Lei de Defesa da Concorrência (Lei 8.884/94) para casos de abuso de poder de mercado, por fornecedores, contra o produtor. Trata ainda de preservação do meio ambiente, no capítulo sobre exploração sustentável da terra, e obriga que os rótulos dos insumos agropecuários tenham linguagem simples e acessível.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Regras para o Fundeb na pauta do Plenário

A sessão plenária de hoje será deliberativa, com início às 14h. A pauta está trancada por três medidas provisórias e cinco projetos de lei de conversão (PLV). Entre eles, o PLV

7/07, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).



Educação analisa uso do FGTS para financiar curso superior

O projeto que permite a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para financiamento do ensino superior

para estudantes de baixa renda abre a agenda da Comissão de Educação (CE), que realiza reunião hoje às 11h. Também está na pauta da CE,

entre outros itens, a proposta que determina que as bibliotecas públicas incluam no seu acervo versões completas da Bíblia em braille.

Marina Silva e presidente do Ibama podem ser convidados para debate

Requerimento que convida a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o presidente interino do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Bazileu Alves Margarido Neto, para audiência pública deverá ser votado hoje pela

Comissão de Meio Ambiente (CMA) às 11h30. Eles serão convidados a discutir os procedimentos para a concessão de licença ambiental a projetos constantes do Programa de Aceleração do Crescimento. O colegiado analisa ainda outras sete matérias.

CPI do Apagão Aéreo apresenta plano de trabalho

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo realiza reunião às 11h para apre-

sentar plano de trabalho. A CPI foi criada para apurar responsabilidades pelos atrasos de vôos, causas do

acidente com o avião da Gol, no ano passado, e denúncias de corrupção na Infraero.

Critérios para determinar o risco Brasil serão examinados em audiência na CAE

Os critérios de classificação de risco utilizados pela empresa Standard & Poor's, que determinam o risco Brasil, e as perspectivas de investimento no país serão discutidos hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) às 9h. Foram

convidadas para a audiência a presidente da empresa, Regina Nunes, e duas diretoras, Lisa Schineller e Milena Zaniboni. Após o debate, a CAE analisa projeto que veda financiamentos públicos a empresas que usam mão-de-obra infantil.



Mercado de telecomunicações

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realiza amanhã audiência pública com o presidente do Grupo Telefônica, Antônio Carlos Valente da Silva. O empresário deverá discutir os reflexos de fusões internacionais no mercado brasileiro de telecomunicações.

CRE recebe visita de delegação francesa

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) recebe hoje, às 11h30, visita de delegação francesa composta por oficiais, executivos e funcionários da alta administração daquele país. No encontro, será discutida a importância do Brasil como parceiro da França no campo da defesa.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana e Paulo Paim



Mesquita Júnior leu em Plenário denúncia sobre demora na liberação de recursos

Mesquita Júnior cobra pesquisas na região amazônica

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) leu ontem em Plenário denúncia enviada por e-mail ao seu gabinete sobre o não-aproveitamento de 33 pesquisadores em um programa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), lançado por edital em 2006. O objetivo do programa é estimular a interatividade e a fixação de recursos humanos na região amazônica, por meio da concessão de bolsas de estudo para pesquisas na área.

A denúncia foi feita ao senador por uma pesquisadora que integra o grupo de candidatos selecionados em concurso vinculado ao programa do governo. De acordo com a pesquisadora, já faz quase um ano que o edital foi publicado e os selecionados nem sequer foram chamados para o trabalho – que deveria ter começado em 1º de julho de 2006. Conforme explicou Mesquita Júnior, os recursos deveriam sair do Fundo Setorial da Amazônia, do governo federal, “que até agora não repassou nenhum centavo”.

– Eu trago essa denúncia-reclamação porque, lendo o que me enviou a pesquisadora, me reporto a um questionamento que tenho. Governos se sucedem neste país, mas a postura que observo com relação à minha Amazônia ora é de descaso, ora de desleixo, ora de falta de compromisso, ou as três coisas reunidas ao mesmo tempo – protestou Geraldo Mesquita Júnior, informando que a pesquisadora que lhe fez a denúncia aguarda os recursos do governo para iniciar pesquisa sobre doenças da Amazônia.

Relator da CPI do Apagão Aéreo diz que “discussões políticas infrutíferas” serão evitadas e presidente da comissão defende trabalho direcionado aos problemas de segurança de vôo

Demostenes e Tião Viana querem priorizar aspectos técnicos da CPI

O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo, senador Demostenes Torres (DEM-GO), afirmou ontem que os trabalhos do colegiado deverão priorizar o aspecto técnico dos problemas sob investigação, deixando em segundo plano “discussões políticas infrutíferas”.

Acompanhado de Tião Viana (PT-AC), presidente da CPI, Demostenes fez a afirmação após ter se encontrado com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Walton Alencar Rodrigues. Na reunião, foram solicitadas informações sobre auditorias realizadas pelo órgão em obras administradas pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero).

– É claro que o Senado Federal é uma casa política, mas vamos tentar fazer um trabalho mais técnico, evitar aquelas discussões estéreis e buscar uma solução [para os problemas do setor aéreo] – afirmou Demostenes.



Demostenes Torres (E) e Tião Viana ressaltam seriedade e objetividade das investigações

Do mesmo modo, Tião Viana ressaltou a importância de as investigações da comissão se restringirem aos fatos determinados que justificaram a sua criação. Na opinião do senador, os trabalhos devem buscar, sobretudo, as razões que afetam a segurança dos vôos no país.

– Existe um entendimento



pleno entre a minha figura de presidente e o relator Demostenes de um máximo de objetividade e serenidade, tornando isso indissociável da responsabilidade política que temos na condução de uma CPI. Isso vai ser bom para o Congresso Nacional e vai ser bom para o Brasil – ressaltou Tião Viana.

Heráclito vê descaso do governo Lula com crise no setor aéreo

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) acusou o governo Lula de “empurrar com a barriga” a crise no setor aéreo. O parlamentar disse ter esperado, na última sexta-feira, durante mais de seis horas para viajar de São Paulo a Brasília. O episódio fez o parlamentar apelar por uma investigação séria e profunda pela CPI do Apagão Aéreo, instalada quinta-feira, sobre os problemas que o setor enfrenta no Brasil.

No aeroporto de Congonhas, o senador lembrou ter visto cenas de pugilato provocadas pelo estresse de passageiros com vôos em atraso. Ele presenciou, por exemplo, passageiros esperando por mais de cinco horas para embarcar para o Rio de Janeiro, trajeto aéreo que

dura pouco mais de meia hora. O caos na aviação civil também o fez esperar das 19h até 1h30 para embarcar para Brasília.

– Acontece tudo isso nos aeroportos e a gente ainda ouve os presidentes da Infraero [Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária] e da Anac [Agência Nacional de Aviação Civil] dizerem que está tudo bem – protestou o senador.

Denúncias

Em meio às denúncias de corrupção reveladas pela Operação Navalha, da Polícia Federal, Heráclito observou que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é uma peça de ficção, formado por projetos velhos rebatizados pelo atual governo.



De acordo com Heráclito, atrasos de vôos persistem, mas governo nega problemas

Em seguida, rebateu acusações do governador Wellington Dias (PT), do Piauí, que teria insinuado a existência de corrupção na construção do pronto-socorro de Teresina, iniciada quando Heráclito era prefeito da capital. Segundo o senador, a obra foi investigada por CPI da Assembléia Legislativa do Piauí, que teria chegado ao fim sem detectar irregularidade.



Proposta será encaminhada para análise dos senadores, anuncia Romero Jucá

Jucá: Banco Central finaliza norma para extinção de empresa

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou ontem que, até o fim do mês, o Banco Central deve finalizar uma proposta para regulamentar a liquidação de empresas, encaminhando-a para análise do Senado. Ele informou que tem um projeto sobre o mesmo assunto tramitando, mas sente-se feliz por ver que o Banco Central está atento ao problema. Jucá afirmou que a base governista dará prioridade à proposta.

O parlamentar também registrou a criação, em Roraima, do maior grupo de agentes indígenas de saúde. Ele afirmou que são 372 indígenas capacitados pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que vão atuar em 200 aldeias. Jucá assinalou a importância de as comunidades indígenas não precisarem mais percorrer grandes distâncias para ter atendimento médico.

Sibá destaca reivindicações da agricultura familiar

A presença de trabalhadores rurais em Brasília foi ressaltada pelo senador Sibá Machado (PT-AC), durante discurso em Plenário. O parlamentar informou que eles representam duas entidades – a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf) –, que vieram apresentar suas reivindicações ao governo federal e ao Congresso.

Sibá destacou que a Contag promove o Grito da Terra Brasil, mobilização que está em sua 12ª versão, enquanto a Fetraf realiza a 3ª Jornada Nacional de Luta pela Agricultura Familiar.

O senador citou, entre as reivindicações da Contag, as relacionadas ao crédito e à assistência técnica, à desapropriação de terras e à manutenção de assentamentos.

Exposição reúne as sete constituições brasileiras

O Congresso Nacional sediará, junto com os demais Poderes da República, a exposição As Constituições Brasileiras, a partir de amanhã. A atividade integra as comemorações dos 200 anos de independência da Justiça brasileira em relação a Portugal. A

mostra das sete cartas magnas estará assim dividida: as constituições de 1824 e 1891 ficarão expostas no edifício-sede do Supremo Tribunal Federal e as de 1934, 1937 e 1967 – elaboradas com a participação do Executivo – poderão ser vistas no Palácio

do Planalto. Já as cartas de 1946 e 1988, frutos do trabalho do Legislativo, serão expostas no Salão Negro do Congresso.

O bicentenário do Judiciário independente do Brasil será comemorado de maio de 2007 a maio de 2008.

Na Subcomissão da Reforma Tributária, secretários de Finanças de três capitais avaliam com cautela proposta do governo

Prefeituras temem mudanças nos impostos

O secretário municipal de Finanças de São Paulo, Luiz Fernando Wellisch, afirmou que vê com cautela a proposta de incorporar o Imposto sobre Serviços (ISS) a outros tributos, conforme previsto no esboço da reforma tributária apresentado pelo governo.

A avaliação foi feita durante audiência pública promovida ontem pela Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, que também contou com a participação dos secretários de Belo Horizonte, José Afonso Bicalho Beltrão; e de Teresina, Felipe Mendes de Oliveira; além do presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski. O debate foi presidido por Tasso Jereissati (PSDB-CE), presidente da subcomissão.

– A reforma tem pontos importantes. Mas os municípios têm situações diferentes em virtude do porte e densidade econômica. São Paulo é um dos maiores volumes de arrecadação e nos preocupa a questão específica do ISS. Incorporá-lo a outros tributos é complicado pelo seu volume expressivo. No que concerne a São Paulo, em 2006, foram arrecadados R\$ 4 bilhões. A mudança teria um forte



José Afonso Beltrão, Paulo Ziulkoski, Tasso Jereissati, Luiz Wellisch e Felipe Mendes

impacto – disse Wellisch.

O secretário de Finanças da capital paulista também afirmou que o equilíbrio entre receitas e despesas precisa ser mantido, como forma de garantir o pagamento de dívidas pelas prefeituras.

– A dívida de São Paulo é de praticamente R\$ 30 bilhões. Não podemos deixar de ter receitas compatíveis com essas responsabilidades para honrar o pagamento de dívidas. A situação dos municípios é diferenciada. São Paulo tem receitas que asseguram economia. O que pode ser relevante para um

município de pequeno porte pode não valer para outro, que é capital de estado – avaliou.

A heterogeneidade dos municípios também foi ressaltada por Beltrão. O secretário de Finanças de Belo Horizonte explicou que “as cidades com até 15 mil habitantes sobrevivem do repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Aquelas que possuem entre 20 mil e 200 mil habitantes têm como uma das principais fonte de recursos a transferência do ISS. E as que reúnem mais de 1 milhão de

habitantes costumam contar com 60% de recursos de receitas próprias”.

– Os municípios maiores têm demanda grande do ponto de vista de infra-estrutura e políticas sociais, dado inclusive o fluxo de migração. A questão das receitas tem que ser levada em conta na reforma tributária – frisou Beltrão, assinalando que em Belo Horizonte 25% do total arrecadado provém do ISS.

Já o secretário de Finanças de Teresina acha que a reforma tributária também tem que levar em conta a Lei de Responsabilidade Fiscal para que os prefeitos possam avaliar como estão gastando os impostos. Felipe Mendes disse que em Teresina o ISS responde por 30% da arrecadação total.

Por sua vez, Paulo Ziulkoski insistiu em que não dá para falar de reforma tributária sem discutir a revisão do pacto federativo, “até para evitar a sobreposição de funções entre os entes federativos”.

– A revisão do pacto federativo é a bisavó e a mãe de todas as reformas. Não se faz reforma tributária, com a redução da carga dos tributos, sem a revisão do pacto federativo – concluiu.

Anatel quer competição e empresários cobram segurança para investir

Na terceira audiência pública do Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios para discutir possíveis mudanças na legislação sobre as agências reguladoras, o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Plínio de Aguiar Júnior, sustentou ontem que um dos focos do momento é o incentivo à competição entre as companhias de telefonia fixa e de oferta de internet de banda larga. Os empresários da área reivindicaram mais segurança jurídica para que sejam feitos grandes investimentos.

A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos. O presidente, senador Delcídio Amaral (PT-MS), questionou por que a universalização da telefonia fixa no país não tem avançado mais rapidamente, pois 16% dos brasileiros não têm acesso à telefonia fixa e nem ao menos a um telefone público.

O presidente da Anatel admitiu que o Brasil acabou caminhando para uma “grande concentração” nos mercados de telefonia fixa

e de banda larga e que a qualidade dos seus serviços deixa a desejar. Ele ponderou que hoje 90% da infra-estrutura de acesso local está nas mãos de poucas concessionárias e perguntou se o Brasil não deve discutir se essa infra-estrutura (basicamente fiação) não deveria ser separada das concessionárias, como aconteceu na Grã-Bretanha, o que tem permitido maior concorrência entre as empresas de telefonia.

Os empresários defenderam o fortalecimento da Anatel. O diretor-executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), Alexandre Annenberg, observou que o Brasil tem que focar agora não apenas a universalização da telefonia, mas especialmente da comunicação por banda larga. Esse sistema, hoje empregado quase apenas na comunicação por computadores, é que vai sustentar a convergência telefonia-televisão-computadores em médio prazo. Ele pediu ainda que seja retirada da lei de TV a cabo a exigência de que a maior parte do capital deve ser nacional.



Delcídio (2º à esq.) preside audiência com Plínio de Aguiar (E), Ércio Zilli e Annenberg

Nos outros dois sistemas de TV paga (satélite e microondas) não há essa exigência.

Para reduzir preços de serviços e aumentar investimentos, o presidente-executivo da Associação Nacional das Operadoras de Celulares (Acel), Ércio Alberto Zilli, pediu redução da carga tributária sobre as ligações telefônicas, que no Brasil é de 44%, contra 17% na média mundial. Ele pediu regras para aquisição e fusão de companhias de telefonia.

Já o presidente da Associação das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas

(Telcomp), Luiz Cuza, criticou o alto preço e a baixa velocidade da banda larga no Brasil. Segundo ele, na França, a France Telecom cobra R\$ 40 por uma banda larga com velocidade de 10 Mbps e, no Brasil, a Telefônica cobra R\$ 79 por uma velocidade de apenas 0,4 Mbps.

No geral, os empresários acreditam que o Brasil não deve fazer uma grande mudança na Lei Geral das Telecomunicações, de 1996, mas apenas modificações pontuais. Eles solicitaram que a outorga de licenças de telefonia continue com a Anatel.

Plenário do Senado começa a votar MPs às 14h

Por força de acordo firmado por líderes partidários na semana passada, a ordem do dia do Senado Federal será iniciada, hoje, às 14h. Normalmente, a sessão começa pela hora do expediente, destinada sobretudo a discursos parlamentares. A decisão tem por objetivo dar maior agilidade à votação de matérias que trancam a pauta, sobretudo as vinculadas ao chamado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O primeiro ponto da pauta será a Medida Provisória (MP) 338/06, que abre crédito extraordinário em favor de diversas empresas estatais, no valor de R\$ 7,4 bilhões. Também faz parte da pauta o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 7/07, proveniente da MP 339/06, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Da ordem do dia de quarta-feira passada foram votadas e aprovadas cinco medidas provisórias, entre as quais quatro MPs integrantes do PAC. Agora, a Casa precisa aprovar mais três medidas para completar as propostas do PAC constantes da pauta. Entre essas, está a MP 349/07, transformada no PLV 10/07, que destina R\$ 5 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a infra-estrutura.

Delegação francesa visita Comissão de Relações Exteriores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) recebe, às 11h30 de hoje, visita de cortesia de delegação francesa composta por integrantes da Turma da 43ª Sessão do Centro dos Altos Estudos do Armamento daquele país.

De acordo com convite distribuído aos senadores pelo presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), o objetivo da visita é proporcionar aos membros da delegação conhecimentos sobre a importância do Brasil como parceiro da França no campo da defesa, no que diz respeito à sua estrutura e à sua indústria bélica.

O grupo que será recebido hoje no Senado é formado por oficiais superiores da delegação geral do armamento, executivos do setor industrial e funcionários da alta administração francesa.

Presidente do Senado afirma que em nenhuma ocasião recebeu pedido de Zuleido Veras para apresentar emenda que beneficiasse a construtora

Delcídio nega que empresário tenha pago despesa com aluguel de avião

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) defendeu-se ontem, na tribuna do Senado, da acusação de ter tido as despesas de aluguel de um bimotor pagas pelo dono da Construtora Gautama

O parlamentar disse ter feito o pedido de um avião ao empresário e amigo Luiz Gonzaga Salomon, para deslocar-se, no dia 4 de abril, para Barretos (SP), em razão do falecimento de seu sogro. De acordo com o senador, Salomon teria recorrido a Zuleido Veras para o pagamento da fatura do serviço sem o seu conhecimento. Em carta enviada ao senador, lida por este no pronunciamento, Salomon esclarece que a fatura não foi paga pela Gautama.

– A dívida é minha e pretendo honrá-la. Pedi prazo de 60 dias. Ela vence no dia 5 de junho – afirmou o parlamentar.

No discurso, Delcídio dispôs-se a assinar requerimento de criação de uma CPI para apurar as denúncias que vieram a público, caso algum parlamentar o apresente.

O senador afirmou que, tão logo se inteirou da denúncia, mandou verificar todas as emendas apresentadas por ele ao Orçamento da União e não encontrou nenhuma destinando recursos a obras executadas pela Gautama em Mato Grosso do Sul. Ele pediu ao Crea do estado que verifique a existência de obras da Gautama.

Outras medidas adotadas por Delcídio foram, conforme informou, o rastreamento das ligações telefônicas de seu gabinete desde o início do mandato, em 2003; e a apresentação de contas de sua campanha e de sua declaração de Imposto de Renda de 2007 e anos anteriores. Ele afirmou que



“A dívida é minha e pretendo honrá-la”, afirma Delcídio ao contestar denúncia

todos os dados serão colocados à disposição em seu site na internet (www.delcidio.com.br).

– Talvez o parlamentar que teve sua vida mais investigada tenha sido eu nos 11 meses da CPI dos Correios – observou.

Delcídio lembrou que em várias ocasiões viu sua lisura como homem público questionada e que, em todas elas, conseguiu provar “documentalmente” ser inocente das acusações, como a de que seria responsável pela indicação de um membro do Tribunal Regional Federal de São Paulo envolvido em irregularidades descobertas pela Operação Têmis, da PF.

O senador afirmou que não há problema em dizer que conhece Zuleido, desde que este atuava na OAS, nos anos 80. Em entrevista à imprensa, Delcídio assinalou que poucos são os parlamentares que poderão dizer que não conhecem o empresário, que teria trânsito freqüente no Congresso.

Delcídio recebeu apoio de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Edison Lobão (DEM-MA), Heráclito Fortes (DEM-PI), Papaléo Paes (PSDB-AP) e Romero Jucá (PMDB-RR).

Renan defende aprofundamento da investigação do caso Gautama

“É importante que as investigações da Polícia Federal avancem para que a especulação não se sobreponha aos fatos”, disse na tarde de ontem, em entrevista, o presidente do Senado, Renan Calheiros, a respeito da Operação Navalha.

A operação da PF prendeu na semana passada mais de 40 pessoas que estariam envolvidas em desvio de recursos de vários ministérios. Entre os detidos está o dono da Construtora Gautama, Zuleido Veras, que seria um dos comandantes do esquema.

Renan afirmou que conhece Zuleido, mas explicou que o empresário não é pessoa do seu relacionamento e que não cos-



Renan: emendas para Alagoas tiveram participação da bancada do estado

tumava se encontrar com ele. O parlamentar disse conhecer o empresário da mesma forma que conhece outros responsáveis por investimentos em Alagoas e em outros estados. E negou informação publicada pela imprensa de que Zuleido teria despachado na residência oficial do Senado.

O senador declarou que em nenhuma ocasião recebeu pedido de Zuleido para apresentar emenda

ou interceder pela liberação de recursos beneficiando a construtora. Destacou que as verbas de bancada incluídas no Orçamento da União para financiar obras a cargo da Gautama atenderam a pedido dos governadores de Alagoas nos últimos anos.

– Toda a bancada de Alagoas defendeu os interesses de Alagoas, sem exceção. Todas as vezes em que apresentamos emenda fizemos a pedido dos governadores. Isso é natural, é papel de cada senador defender investimentos em seu estado. Nos últimos 20 anos não há um só investimento que não tenha contado com a participação da bancada – afirmou Renan Calheiros.

Senador não vê envolvimento de Rondeau e Teotonio

Ao ser perguntado se Silas Rondeau deveria ou não se afastar do cargo após ter seu nome citado nas investigações da Operação Navalha, Renan Calheiros afirmou que não viu “absolutamente nada, até o presente momento, que comprove o comprometimento do ministro [de Minas e Energia] nesse fato”.

Da mesma forma, quando indagado a respeito do governador de Alagoas, Teotonio Vilela Filho, também citado nas apurações da Polícia Federal, o senador foi

taxativo: “Eu o tenho como uma pessoa honrada e de conduta ética indiscutível”.

– Se existe superfaturamento, se há envolvimento com o crime ou se tem desvio de conduta, isso é algo que tem de ser esclarecido imediatamente. O que está em jogo é o interesse público, que tem que ser preservado. Quando as denúncias se sobrepõem aos fatos é muito ruim, não serve à democracia, não serve ao estado de direito e não serve à própria investigação – ponderou o presi-

dente do Senado Federal.

Renan lembrou que no ano passado o Congresso Nacional aprovou projeto de resolução estabelecendo novas regras para a tramitação da lei orçamentária da União, visando tornar mais transparente o processo de apresentação das emendas parlamentares. Entre as alterações, houve a redução do número de integrantes da Comissão Mista de Orçamento e a proibição de um parlamentar participar por dois anos consecutivos do colegiado.

Papaléo diz que recebeu legalmente doação da construtora para sua campanha

Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou ontem, em Plenário, que recebeu, legalmente, R\$ 100 mil da empresa Gautama como doação para sua campanha ao governo do Amapá em 2006. Conforme o senador, a doação é legal e ele a declarou em sua prestação de contas ao Tribunal Regional Eleitoral, que aprovou os números. Disse que não teria como saber que a empresa cometia irregularidades na relação com o poder público. E negou haver praticado o chamado caixa dois em suas campanhas eleitorais.

– Nunca fui procurado por

ninguém dessa empresa, nem pessoalmente nem por telefone. Não conheço Zuleido Veras. Nunca apresentei emendas para obras tocadas por essa empresa – assinalou o parlamentar.

Papaléo explicou que recebeu o dinheiro da empresa Gautama, em 3 de agosto de 2006. Ele esclareceu que há um recibo da doação, que foi apresentado à Justiça Eleitoral.

– E minha conta foi aprovada. E pergunto, onde está a irregularidade disso? Receber uma doação é ficar fora da lei? Recebi para a minha campanha e declarei – disse o representante



Papaléo Paes esclarece que apresentou ao TRE do Amapá o recibo da doação

do Amapá.

Papaléo afirmou que valoriza operações da Polícia Federal, como a Operação Navalha – que

trouxo à tona possível esquema de corrupção liderado pela empresa Gautama –, pois ajudam o Brasil a se tornar “uma grande nação”, além de fortalecerem as instituições. O parlamentar deixou à disposição da imprensa tanto a prestação de contas de sua campanha eleitoral ao governo do estado como todas as emendas ao Orçamento da União apresentadas por ele durante seu mandato de senador.

Apuração

Ele aproveitou para pedir à imprensa mais atenção na apuração das matérias, para que inocentes não apareçam como culpados

perante a opinião pública.

– Como posso, como senador, saber se essa empresa opera irregularmente no ministério “a” ou com o governo estadual “b” ou com uma prefeitura lá do interior de São Paulo? Como vou saber disso? Terei de, a partir de agora, exigir um atestado de idoneidade dos meus eventuais doadores? – questionou.

Em apartes, os senadores Paulo Paim (PT-RS), Delcídio Amaral (PT-MS) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) concordaram que não houve irregularidades na doação feita para a campanha eleitoral de Papaléo no ano passado.



Proposta de Gerson Camata conta com parecer favorável de Kátia Abreu

CAE analisa proibição de financiamentos para quem emprega menores

Visando desestimular a utilização de menores de 18 anos em trabalhos perigosos, insalubres ou noturnos e também a de menores de 16 anos sob qualquer circunstância, o PLS 99/03 estabelece que as empresas que incorrerem em tais práticas não receberão financiamentos de instituições públicas de fomento e de estímulo à produção. O projeto é um

dos itens da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne na manhã de hoje, a partir das 10h30, na sala 19 da Ala Alexandre Costa.

A proposta, apresentada por Gerson Camata (PMDB-ES), recebeu voto favorável da relatora, Patrícia Saboya (PSB-CE).

Também está na pauta o PLS 7/07, que autoriza a dedução das

despesas com bebês ainda em gestação da base de cálculo do Imposto de Renda. Esse projeto de lei, de autoria do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), recebeu voto favorável da senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

Outro item é o PLS 310/05, o qual obriga a Caixa Econômica Federal a divulgar determinadas informações sobre as loterias de

números (como a Mega-Sena e a Lotomania, entre outras). Essas proposições fazem parte de uma pauta com um total de 11 itens.

Antes dessa reunião, está prevista, a partir das 9h, audiência com representantes da empresa Standard & Poor's, que vão explicar e debater os critérios de classificação de risco das dívidas dos países.

Projeto restringe propaganda de bebida alcoólica

Projeto de lei do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) modifica a definição de bebidas alcoólicas e proíbe a propaganda comercial no rádio, na televisão e nos serviços de TV por assinatura. De acordo com o senador, é um contra-senso que as empresas fabricantes de bebidas se utilizem de concessões públicas (rádio e emissoras de televisão) para promover o consumo de produtos sabidamente nocivos à saúde.

O projeto (PLS 182/03) também classifica bebida alcoólica como "líquido potável com qualquer teor alcoólico" e não mais aquelas com teor alcoólico superior a 13 graus Gay Lussac (GL), como estabelece a atual legislação.

A proposta de Mesquita Júnior está em tramitação no Senado Federal em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara 35/00, e com os projetos de Lei do Senado 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; e 370, de 2005; todos sobre normas para comércio e publicidade de bebidas alcoólicas. Esses projetos devem ser apreciados conjuntamente na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), a pedido do presidente do colegiado, senador Wellington Salgado (PMDB-MG).

Em discurso no Plenário, sexta-feira, Mesquita Júnior afirmou que o consumo de bebidas alcoólicas deve ser visto como uma questão de saúde pública. Conforme o parlamentar, as mazelas que o excesso de consumo de álcool acarreta ao país têm suas causas também no "charme da propaganda, da publicidade".

Mesquita Júnior observou que estudos do Datasus mostram que, em 2001, houve 85 mil internações para tratamento de problemas relacionados ao uso de álcool e 122 mil autorizações para internação hospitalar por distúrbios associados ao alcoolismo.

Audiência debate amanhã projeto que pune discriminação sexual

Comissão de Direitos Humanos vai ouvir subprocuradora da República, secretário de Direitos Humanos da Presidência da República, advogado e professor universitário

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza amanhã, a partir das 14h, audiência pública para debater o projeto de lei que estabelece punições para atos de discriminação sexual (PLC 122/06), conforme propostas de autoria da então deputada Iara Bernardi. O projeto é relatado pela senadora Fátima Cleide (PT-RO), autora do requerimento para a realização da audiência pública na CDH, em que a proposta tramita atualmente.

Foram convidados para a audiência a subprocuradora da República Ela Wiecko; o secretário de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo de Tarso Vannucchi; o professor universitário Jean Willys de Matos Santos; e o advogado Paulo Fernando Melo da Costa.

Discriminação

O projeto prevê a proteção da

pessoa homossexual, bissexual ou transgênero. Altera a ementa e o enunciado do artigo 1º da Lei 7.716/89 para que ela passe a ser aplicada ao preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. O texto original da norma já contempla os preconceitos de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Pela proposição, o empregador ou seu preposto que demitir em razão da orientação sexual poderá cumprir pena de reclusão de dois a cinco anos. A pena de um a três anos é destinada a quem impedir, recusar ou proibir o ingresso ou a permanência de homossexuais em qualquer ambiente ou estabelecimento aberto ao público.

A pena de três a cinco anos é destinada a quem recusar, negar, impedir, preterir, prejudicar, retardar ou excluir, em qualquer sistema de seleção educacional, recru-

tamento ou promoção funcional ou profissional, aqueles cidadãos que tenham orientação diferente dos demais. Na mesma pena incorrerá quem sobretaxar, recusar, preterir ou impedir a hospedagem dessas pessoas em hotéis, motéis, pensões ou similares.

Já quem sobretaxar, recusar, preterir ou impedir a locação, a compra, a aquisição, o arrendamento ou o empréstimo de bens móveis ou imóveis de qualquer finalidade também ficará sujeito à pena de dois a cinco anos.

Essa mesma penalidade será aplicada a quem impedir ou restringir a manifestação de afetividade em locais públicos ou privados abertos ao público, assim como proibir a livre expressão e manifestação de afetividade do cidadão homossexual, bissexual ou transgênero, sendo essas expressões e manifestações permitidas aos demais cidadãos.

Trabalhador poderá se afastar para fazer exames preventivos de câncer

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) tem reunião marcada para amanhã, às 11h, quando seus integrantes deverão deliberar sobre dez itens que compõem a pauta. Entre esses, projetos em decisão terminativa e três requerimentos para oitivas em audiências públicas marcadas pela comissão.

Um dos projetos em caráter terminativo (PLS 233/06) altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para incluir o exame de detecção precoce de câncer de mama, útero ou próstata, nas hipóteses em que o empregado poderá se afastar do

serviço sem prejuízo do salário. A matéria é de autoria de Valdir Raupp (PMDB-RO) e tem como relator Paulo Paim (PT-RS), cujo parecer é favorável.

Outra proposição (PLS 126/06) modifica a legislação do FGTS para estabelecer a obrigatoriedade da divulgação, por meio de campanha publicitária, da existência de contas inativas do fundo e orientar o empregado sobre sua liberação.

Uma terceira proposta em decisão terminativa (PLS 199/05) dispõe sobre o início do pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal, no primeiro



Raupp é autor da proposta em exame na Comissão de Assuntos Sociais

período do defeso – época de reprodução de determinadas espécies de peixes.

Já requerimento de Patrícia Saboya (PSB-CE) solicita audiência para avaliar o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente.

Atenção à pessoa com deficiência em telecentros

Com apoio do Senado Federal, será realizado, amanhã e quinta-feira, em Brasília, o Seminário de Apresentação de Metodologia de Atendimento a Pessoa com Deficiência em Telecentros, desenvolvido pela organização Acessibilidade Brasil em convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego.

O objetivo do seminário é apresentar a metodologia para o atendimento de pessoas com deficiência em telecentros comunitários. Essa metodologia foi desenvolvida com base na coleta de informações de milhares de atendimentos de pessoas com deficiência, idosos e pessoas com baixa escolaridade no Telecentro Acessível de Taguatinga, criado especialmente com esse objetivo.

O telecentro foi criado com apoio financeiro do Ministério da Ciência e Tecnologia e da Acessibilidade Brasil, organização formada por professores e especialistas em atendimento a pessoas com deficiência ou com baixa escolaridade.

O desenvolvimento dessa metodologia, financiado pelo Programa Nacional de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como diversos aspectos técnicos do atendimento de pessoas com deficiência, tais como sistemas, equipamentos e tecnologias utilizadas, serão apresentados e discutidos por especialistas durante o evento.

Os resultados dos painéis de discussão ocorridos no Senado serão incorporados na complementação à metodologia, que será distribuída, em junho, pelo Ministério do Trabalho para outros telecentros brasileiros.

Programação

Amanhã, pela manhã, a partir das 9h30, no Auditório Petrônio Portela, será realizado o primeiro painel para apresentação da metodologia utilizada no telecentro.

Exedito Júnior acusa Ibama de atrasar construção de hidrelétricas

Exedito Júnior (PR-RO) voltou a criticar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) pela demora na concessão do licenciamento ambiental para a construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no complexo do rio Madeira, em Rondônia.

Para o senador, o órgão se posiciona contra o desenvolvimento do estado e do Brasil. Ele lembrou que a maior parte da energia que será gerada não ficará retida em Rondônia. “A construção dessas usinas é uma das maiores obras do presidente Lula e do Programa de Aceleração do Crescimento, além de ser essencial para impedir um novo apagão elétrico”, disse.

Exedito afirmou considerar um contra-senso o fato de o relatório do Ibama a respeito das obras ter dado “tanta importância a informações como o número de presos de Porto Velho, ou aos índices de violência do estado”. Na opinião do senador, esses dados nada têm a ver com a oportunidade da construção das hidrelétricas.

Ele destacou que apresentou requerimento à Comissão de Meio Ambiente (CMA) solicitando a realização de uma audiência



Rocessell/Prêmio

Exedito diz que usinas serão essenciais para impedir um novo apagão elétrico

pública para debater os aspectos positivos e negativos da construção das hidrelétricas.

O senador também afirmou esperar a aprovação, hoje, da Medida Provisória 341, que permitirá a transposição dos servidores públicos do ex-território de Rondônia, atualmente no quadro de funcionários do estado, para o quadro da União.

Em aparte, Sibá Machado (PT-AC) disse acreditar que a questão do licenciamento para as hidrelétricas do rio Madeira será resolvida com tranquilidade, e considerou fundamental que os estados sejam incentivados a desenvolver uma forma de geração de energia “a mais limpa possível”.

Fátima Cleide: viabilidade de usinas do rio Madeira ainda está em estudo

Os estudos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) sobre a viabilidade ambiental das obras das usinas hidrelétricas do rio Madeira ainda estão em andamento, de acordo com Fátima Cleide (PT-RO). Para a senadora, a ministra Marina Silva está apenas cumprindo a legislação ambiental brasileira, “uma das mais avançadas do mundo”.

Fátima Cleide respondia a afirmação de Exedito Júnior, que, em Plenário, acusou o Ibama de atrasar as obras das hidrelétricas do rio Madeira. Na opinião da senadora, a sociedade está sendo “induzida a erro” pela imprensa, que classifica a questão das licenças ambientais como “uma batalha fantástica” entre o MMA e o Ministério de Minas e Energia.

Segundo ela, a bacia do rio Madeira corresponde a 23% da bacia amazônica, e suas características naturais tornam complexa a análise da viabilidade ambiental das obras. Uma das dificuldades nos estudos, exemplificou, é a quantidade de mercúrio acumulado no rio, decorrente de décadas de exploração clandestina de ouro. Segundo a senadora, as obras



Rocessell/Prêmio

Fátima Cleide considera um erro afirmar que há conflito entre ministérios

poderiam revolver o mercúrio causando graves problemas de saúde pública para as milhares de pessoas que vivem às margens do rio.

Outra questão, disse Fátima Cleide, é o estudo sobre a incidência de malária na região, realizado pelo consórcio Furnas-Odebrecht, e que ainda não foi entregue ao governo federal.

– Obedecer à normatização prevista na legislação ambiental brasileira é o mínimo que o governo e a sociedade brasileira têm de assegurar à população de Rondônia, que, mais uma vez, cede recursos ambientais para ajudar o país – concluiu a senadora.

Relator de comissão mista apresenta primeiro dos documentos que vão compor o relatório final, ao qual será incorporada análise das propostas em tramitação relacionadas ao aquecimento

Mudanças climáticas: relatório parcial deve ser votado amanhã

A Comissão Mista Especial das Mudanças Climáticas reúne-se, amanhã, às 14h30, para analisar e aprovar relatório parcial das atividades do colegiado, que será apresentado pelo relator, senador Renato Casagrande (PSB-ES). Esse será o primeiro de dois documentos parciais previstos para compor o relatório final.

O consultor legislativo do Senado Carlos Henrique Tomé informou que o relatório a ser apresentado amanhã trará uma análise de debates realizados em Brasília e em outras cidades. No Rio de Janeiro, o presidente da comissão, deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), participou de um seminário sobre Mercado de Reduções de Emissões. Em Belém, representantes do colegiado participaram de audiência sobre desmatamento e fizeram uma visita ao Instituto de Pesquisa do Museu Emílio Goeldi. A comissão visitou ainda o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em



JF/Feitas

Casagrande apresenta documento sobre as atividades já realizadas pela comissão

São José dos Campos (SP).

No Senado, foi realizada audiência com Eduardo Assad, da Embrapa, sobre os impactos do aquecimento global na agricultura, e com o secretário-executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima do governo brasileiro, José Miguez.

Na pauta dos próximos meses estão previstas audiências em Manaus, em 18 de junho; Campo Grande, em 6 de julho; Cuiabá,

em 17 de agosto; e São Paulo, em 14 de setembro. O relatório final será aprovado até 22 de dezembro.

Na semana passada, a comissão aprovou o relatório da Sub-Relatoria para Análise de Proposições Legislativas em Tramitação, que será incorporado ao relatório a ser apresentado por Casagrande. Foram analisadas 129 proposições em tramitação na Câmara e no Senado, das quais foram escolhidas sete como prioritárias para aprovação pelo Congresso.

Entre as escolhidas estão a PEC 19/00, de Jefferson Péres (PDT-AM), que cria o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, e o projeto da senadora licenciada Marina Silva, que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados para as unidades da Federação que abrigarem unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas. A proposição tramita na Câmara como PLP 351/02.

Projeto ajuda consumidor a economizar energia

Os fornecedores poderão ter que informar, no momento da oferta ao consumidor, a eficiência e o consumo energéticos de produtos e serviços, segundo proposta de Renato Casagrande (PSB-ES).

Para o autor do projeto (PLS 220/07), após a divulgação do relatório das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, em janeiro, cresceu a importância de se buscar eficiência no gasto energético despendido por produto consumido. Casagrande destaca que esse

é um aspecto fundamental para que os consumidores decidam livre e conscientemente sobre a aquisição ou utilização do produto ou serviço.

O senador cita a existência da lei que trata da conservação e do uso racional de energia (Lei 10.295/01), mas destaca não existir regulação específica no âmbito das relações de consumo. Cita também o programa de etiquetagem do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade

Industrial (Inmetro), que objetiva “fornecer aos consumidores informações que lhes permitam avaliar e otimizar o consumo de energia dos eletrodomésticos para selecionar produtos mais eficientes e melhor utilizá-los, com economia nos custos da energia”.

O projeto tramita na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde receberá decisão terminativa. O relator é João Ribeiro (PL-TO).

Gilvam defende transferência de terras para o Amapá

Projeto de lei transferindo as terras da União localizadas no Amapá para o domínio do estado foi apresentado por Gilvam Borges (PMDB-AP). Ontem, o senador defendeu a proposta afirmando que, “sem essas terras, não há como implementar o desenvolvimento da região”.

No texto do projeto (PLS 238/07), o senador argumenta que grande parte das terras



Cearlly/Megala

Gilvam: terras hoje sob domínio da União são essenciais para desenvolver o estado

públicas existentes no Amapá ainda está sob domínio da União, “realidade absolutamente incompatível com a extensão da autonomia político-administrativa com que deve contar

um estado-membro”. Ainda segundo o parlamentar, a transferência de terras permitirá que os agricultores do Amapá obtenham empréstimos do governo federal a taxas de juros mais baixas que as do mercado.

Curso de Medicina

Gilvam Borges também defendeu a criação de um curso de Medicina na Universidade Federal do Amapá. Ele ressaltou que o estado é o único do país sem um curso do gênero e lembrou que a proposta de sua implantação foi apresentada ao ministro da Educação, Fernando Haddad, no dia 10.

Senador condena “indústria dos cursinhos”, alerta sobre número insuficiente de vagas para atender aos candidatos e sugere novo modelo de ingresso nas universidades

Sibá propõe exame nacional e sorteio para substituir vestibular

Sibá Machado (PT-AC) defendeu ontem o fim do vestibular para ingresso na universidade e o aproveitamento de uma prova nacional, a exemplo do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), como critério de seleção. A sugestão, ressaltou ele, integra projeto de sua autoria que tramita no Senado desde 2005.

O senador ressalta, no entanto, que o número de estudantes aprovados no Enem é muito superior ao número de vagas ofertadas pelas universidades públicas, o que requer um critério de seleção complementar: o sorteio dos aprovados no exame nacional.

De acordo com a proposta de Sibá (PLS 65/05), os estudantes que concluírem o ensino médio ou equivalente e forem classificados em exame nacional seriam



Proposta de Sibá prevê exame a ser feito pelo Conselho Nacional de Educação

submetidos a um sorteio anual, entre inscritos para curso específico de determinada instituição.

Em seu pronunciamento, Sibá propôs o fim do vestibular como forma de superar desvios verificados desde a adoção dessa forma de seleção.

– Por causa do vestibular, muitas pessoas passam a procurar os chamados cursinhos pré-vestibulares, que se tornaram uma verdadeira indústria, em que ricos e pobres gastam muito para serem aprovados na faculdade – frisou.

O modelo sugerido pelo senador representaria, portanto, o fim dos cursinhos pré-vestibulares. O exame nacional proposto seria elaborado sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Educação e aplicado anualmente por órgão executivo da União.

Sibá também manifestou apoio à proposta apresentada pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que tem por base a avaliação dos alunos ao término de cada série do ensino médio, modelo experimentado pela Universidade de Brasília (UnB).

Paulo Paim apela por reestruturação financeira da empresa Kleper Weber

Paulo Paim (PT-RS) ressaltou ontem a importância da elaboração de um plano de recuperação da Kleper Weber Industrial, empresa tradicional de grande porte da indústria gaúcha, que trabalha atualmente com tecnologia de armazenagem de grãos e tem sede em Panambi (RS). A empresa enfrenta dificuldades financeiras decorrentes, principalmente, do declínio do agronegócio, explicou Paim. Ele lembrou que só em 2006 a Kleper Weber teve um prejuízo de R\$ 250 milhões.

Conforme o senador, devido às dívidas que tem, a empresa corre o risco de tornar-se insolvente em

relação a seus maiores credores – bancos Santander, Bradesco, Unibanco, Itaú e Grupo Votorantim – e fechar suas portas.

Segundo Paim, a insolvência da Kleper Weber traria ainda sérios prejuízos econômicos para a região de Panambi, uma vez que 50% dos moradores dependem dos empregos formais ou informais gerados pela empresa. Em virtude disso, informou o senador, foi marcada audiência com a participação dele e de representantes do Bradesco e da Votorantim para analisar um plano de recuperação.

– O objetivo é que, com o Banco do Brasil e o Banco Nacional de



Paim: insolvência da empresa traria sérios prejuízos econômicos à região de Panambi

Desenvolvimento Econômico e Social, viabilizemos uma indústria tão importante para a região – frisou, ao acrescentar que, desde 1996, o controle acionário da empresa pertence a fundos previdenciários como Previ (Banco do Brasil), Instituto Aerus (Varig) e Serpros (Serpro).

Mozarildo lembra ideais de fundação do trabalhismo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou ontem que o país não pode abrir mão das conquistas do trabalhismo, admitindo-se apenas adaptações necessárias a um estado social-democrata moderno. O discurso do parlamentar teve como objetivo homenagear o Partido Trabalhista Brasileiro, que completou 62 anos no último dia 15.



Mozarildo homenageia os 62 anos do PTB e defende conquistas trabalhistas

O senador lembrou que a criação do PTB por Getúlio Vargas, em 1945, fez parte de um conjunto de ações visando à valorização da força do

trabalho, fundamental para o desenvolvimento do país. Por esse motivo, foram criados o Ministério do Trabalho e a Justiça do Trabalho, editada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e estabelecido o salário-mínimo.

– Até aquela época, os trabalhadores não tinham um partido que os representasse. Apenas os empregadores, a elite, tinham realmente partidos fortes – disse Mozarildo, para quem o princípio do direito adquirido é ponto inarredável de qualquer discussão sobre mudanças.

Projeto de Eliseu Resende incentiva obras para navegabilidade dos rios

Com a finalidade de dinamizar a construção de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias, o senador Eliseu Resende (DEM-MG) apresentou projeto de lei que caracteriza como serviço público a operação desses mecanismos técnicos que têm como objetivo principal assegurar a navegabilidade dos rios.

Pelo projeto (PLS 209/07), a operação de eclusas constitui serviço público que pode ser prestado diretamente ou sob regime de concessão pelo poder público da União ou do estado que detenha o domínio do corpo de água onde elas estão construídas.

Na justificativa de sua proposta, Eliseu Resende argumenta que a grande dificuldade atual na implantação de eclusas ou dispositivos afins está na indefinição da responsabilidade pelos custos de construção e pela operação dos equipamentos.

O senador lembra que para o setor elétrico, por exemplo, que não pode repassar os custos adicionais às tarifas, essas obras representam apenas ônus, daí sua oposição a projetos desse tipo. Os governos federal e estaduais, detentores do domínio público das águas, não dispõem de recursos financeiros a



Eliseu Resende quer caracterizar a operação de eclusas como serviço público

fundo perdido para custeá-las.

Eliseu Resende afirma que sua proposição representa a solução para esse impasse, porque a caracterização da operação das eclusas como serviço público abre amplas perspectivas para o custeio do serviço, que poderá ser cobrado diretamente pelo poder público ou por empresas concessionárias.

O senador de Minas Gerais destacou, ainda, a importância estratégica das hidrovias para o futuro da sociedade brasileira e a dependência delas da disponibilidade de serviços de eclusas e de outros dispositivos de transposição de níveis em barragens e desniveis naturais como cachoeiras e corredeiras não aproveitadas para geração de energia elétrica.

Ministro das Cidades irá explicar critérios para liberação de recursos

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) recebe na quinta-feira, às 11h, em audiência pública, o ministro das Cidades, Márcio Fortes. Ele vai falar sobre os critérios utilizados pela pasta para liberação de recursos. O ministro, cuja presença atende a uma solicitação do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), irá debater ainda os planos diretores dos municípios com os parlamentares.

Em discurso feito na última semana, Flexa Ribeiro protestou contra a Resolução 21/06, assinada pelo ministro. O senador argumentou que a resolução pretende paralisar a tramitação de projeto de lei de sua autoria (PLS 93/06) que prorrogava o prazo de elaboração do plano diretor pelos municípios, de outubro de 2006, conforme previsto pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), para 30 de dezembro de 2007.

Na resolução, o ministério pede que a tramitação da matéria seja sustada, “possibilitando a abertura de um amplo processo de discussão, incluindo a realização

de audiências públicas envolvendo necessariamente os diferentes segmentos que constituem o Conselho das Cidades, bem como o Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Justiça”.

Embora o prazo concedido pela lei para elaboração do plano diretor fosse de cinco anos, o senador avalia que, tendo em vista a necessidade de mobilização política, de recursos técnicos, bem como de resolução de conflitos, o processo de aprovação de um plano diretor demanda tempo.

Fundap

Entre os projetos na pauta da CDR, está o PLS 39/03, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul (Fundap). O projeto, em caráter terminativo e proposto por Paulo Paim (PT-RS), recebeu parecer favorável do relator, Pedro Simon (PMDB-RS), que avalia de suma importância recuperar a agropecuária gaúcha, que vem perdendo competitividade em função da política econômica e de catástrofes naturais, como a seca.